

FMI apóia pagamento

ECONOMIA • 27

menor para dívida

SILVIA FARIA e REGINA ALVAREZ

BRASÍLIA — A carta de intenção do Brasil para o FMI, que será concluída em Washington, avaliza, na prática, uma grande restrição ao pagamento da dívida externa neste ano, quando fixa como meta para o superávit operacional do setor público em 90 apenas 0,5% do PIB (US\$ 2,1 bilhões), contra o resultado efetivo de 1,22% do PIB (US\$ 5,124 bilhões) programado pelo Governo brasileiro, como objetivo interno.

Essa concessão não significa qualquer compromisso em relação ao pagamento dos juros em atraso. A questão é metodológica, porque o Fundo aceitou a ponderação da equipe econômica em defesa da exclusão da receita patrimonial (obtida através da privatização e alienação do patrimônio público) para efeito de cálculo do superávit fiscal que, na prática, é o indicador da capacidade de pagamento da dívida externa. A informação é de um dos negociadores brasileiros.

Essa foi a maior vitória obtida pela equipe econômica nas negociações. A segunda delas é a flexibilização do Fundo em relação a seu rígido receituário, que exige a fixação de metas nominais para o desempenho das finanças públicas.

O FMI aceitou, na prática, uma dispensa dessa rigidez, ao permitir que a meta do déficit nominal do setor público (que mede a variação do nível de endividamento corrigido monetariamente) seja fixada apenas em novembro, quando o Governo já

tiver maior segurança em relação à evolução da inflação.

Na carta, a inflação estimada para o ano é de 780%, conforme esboço que a missão leva hoje para Washington.

Em relação às metas para a política monetária, nominais por essência, não houve maiores problemas, porque a Ministra Zélia Cardoso de Melo assumiu o compromisso de manter o aperto monetário, independentemente do comportamento da inflação.

Isso significa, na prática, que quanto maior a inflação maior será o aperto da liquidez e, consequentemente, a recessão.

A carta de intenções, com 18 páginas, vai fixar metas de desempenho macroeconômico para 90 e sinalizar algumas diretrizes para 91, que posteriormente serão rediscutidas.

O acordo abrangerá um período de 17 meses, de outubro de 90 a fevereiro de 92. Não há ainda um novo cronograma para a assinatura do acordo, porque alguns detalhes serão acertados por telefone ou fax. A missão levou algumas alternativas que serão discutidas nos Estados Unidos, mas os critérios mais importantes já foram acertados. Ficaram pendentes as metas nominais para o déficit público, que depende da evolução da inflação mensal até dezembro.

● **BANCO** — O Banco de Comércio Exterior do Brasil já estará operando em meados do próximo ano. A informação é do Secretário Adjunto da Secretaria Nacional da Economia, João Rodrigues Cunha. A entrega do projeto à Ministra da Economia será feita no dia 5 de setembro.